

Após séculos de discussões, o Brasil finalmente ganhou sua capital no interior. Juscelino Kubitschek iniciou a construção pouco depois de tomar posse



A fixação da capital do Brasil no sertão era uma idéia antiga. O marquês de Pombal (1699-1782), por exemplo, defendia esta mudança. Segundo ele, o estabelecimento da sede do governo, não apenas da colônia, mas do reino, numa cidade nova do interior daria à nação portuguesa uma capital inexpugnável, a meio caminho da África e das Índias, na mesma reta das linhas vitais do seu comércio.

Mais tarde, os inconfidentes mineiros incluíram a interiorização da capital entre os objetivos do seu movimento. O próprio Tiradentes teria escolhido São João Del Rei para esse fim "por ser mais bem situada e farta de mantimentos". Um dos depoimentos dos Autos da Devassa confirma esse propósito: a "praça" se mudaria para o rio das Mortes "por ser terra bem melhor".

A idéia mudancista ganha força com a chegada ao Brasil da corte portuguesa, em 1808. D. João a princípio não gostou do Rio de Janeiro por causa do clima e manifestou o desejo de transferir a sede do governo para um outro local.

Em 1821, José Bonifácio preparou a minuta das instruções que os deputados paulistas deveriam levar às cortes de Lisboa. A construção de uma nova capital no interior do País, aí preconizada, constituiu uma das reivindicações da bancada brasileira, expressas no parecer da comissão encarregada da redação dos artigos adicionais à constituição portuguesa referentes ao Brasil.

A primeira ocorrência do nome Brasília para ser a capital do País surgiu em 1822, feita por um dos deputados brasileiros. O mesmo nome reaparece no ano seguinte no memorando que José Bonifácio dirigiu à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil. Sugeria o patriarca que a nova cidade, a ser criada na recém-fundada comarca de Paracatu (1815), se chamasse Petrópolis ou Brasília.

Proclamada a República, o anteprojeto de sua Constituição admitiu a mudança da capital no artigo 2º do título I. Discutida a

Um ideal que remonta aos inconfidentes

matéria na Constituinte, o deputado Lauro Muller apresentou emenda subscrita por 88 senadores e deputados. Estabelecia a emenda que ficasse pertencendo à União uma área de 400 léguas quadradas no Planalto Central.

A idéia da mudança foi reforçada com as posições favoráveis dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Como resultado, foi criada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, fruto do projeto apresentado pelo deputado Joaquim Nogueira Paranaguá, que autorizava a "exploração e demarcação do Planalto Central da República da superfície destinada à nova capital".

Floriano Peixoto entregou a chefia desta comissão ao diretor do Observatório Nacional, Luís Cruls. A missão Cruls terminou com a demarcação de uma área de 14.400 km², que passou a ser conhecida como o quadrilátero Cruls.

Em 1921, a mudança ganha novo impul-

so com a proposta dos deputados Americano do Brasil e Rodrigues Machado de colocar no Planalto, como parte das comemorações do Centenário da Independência, a pedra fundamental da nova cidade. No dia 18 de janeiro de 1922, Eptácio Pessoa sancionou o decreto respectivo e o marco foi inaugurado, em Planaltina, no dia 7 de setembro.

A Constituição de 1934 foi bem clara: "Será transferida a capital da União para ponto central do Brasil". A Carta de 1937 fez alusão ao projeto sem muitos detalhes. Na verdade, o processo de mudança esfriou e só foi retomado com vigor na Constituição de 1946.

Aí aparece, pela primeira vez, o nome de Juscelino Kubitschek, então deputado. A Constituinte de 1946 discutiu o assunto longamente. Kubitschek defendeu o ponto de vista do engenheiro Lucas Lopes, que publicara memória em favor da capital no Triângulo Mineiro. No fim dos debates, ficou decidido que a capital do Brasil seria transferida para o Planalto Central do País.

O presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão, chefiada pelo general Djalma Polli Coelho, que escolheu o nome Brasília. Nos debates que se seguiram, chegou-se à conclusão de que a solução Cruls era a melhor. Em 1953, Getúlio Vargas nomeou uma nova comissão, entregando a chefia ao general Aginaldo Caiado de Castro, a qual se denominaria Comissão de Localização da Nova Capital. Essa comissão contratou o levantamento aéreo do quadrilátero Cruls à Donald Belcher and Associates Incorporated, da Ithaca, Estados Unidos. A empresa indicou cinco sítios marcados em mapas com cores diferentes.

Um ano depois, no governo Café Filho, assumiu a chefia da comissão o marechal José Pessoa. Com uma área de 5.580 km², o sítio Castanho foi o escolhido. Situava-se entre os rios Preto e Descoberto e os paralelos de 15°30' e 16°03'. Abrangia parte dos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa.



JK toma posse e inicia a construção

O passo final da longa novela sobre a mudança da capital começou no dia 31 de janeiro de 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Ainda em campanha, na cidade de Jataí, Goiás, Juscelino fora interpelado por um popular sobre o assunto. Respondeu que a mudança era obrigação constitucional e que se empenharia na sua efetivação.

Já no dia 4 de fevereiro, Juscelino recebia no Catete o general José Pessoa. Em 15 de março, fazia alusão à questão na sua primeira mensagem ao Congresso. Em abril assinava, no aeroporto de Anápolis, a famosa mensagem acompanhada de projeto de lei que delimitava a área do Distrito Federal no planalto e criava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap.

Ainda em 1956 foi extinta a comissão de planejamento e publicaram-se os editais para o Plano Piloto. O engenheiro Israel Pinheiro da Silva foi posto à frente da Novacap e a Lei número 3.273, de 1º de outubro de 1956, determinou o imediato início das obras. A direção técnica foi entregue ao arquiteto Oscar Niemeyer.

Juscelino Kubitschek visitou o local escolhido pela primeira vez no dia 2 de outubro de 1956. No dia seguinte tiveram início os trabalhos de terraplenagem. Em 21 de janeiro de 1960 Brasília era inaugurada. A data fora fixada em homenagem aos inconfidentes. A construção se fizera em 41 meses.

O Plano Piloto de Brasília consta, em essência, de dois eixos que se cruzam na estação Rodoviária, assumindo o conjunto a forma de avião. O Eixo Monumental, quase leste-oeste, vai da Estação Rodoviária à Praça dos Três Poderes. Abaixo da Rodoviária do Plano Piloto, estão os edifícios ministeriais e, na praça, os que abrigam os órgãos Supremos, do Legislativo, Executivo e Judiciário.

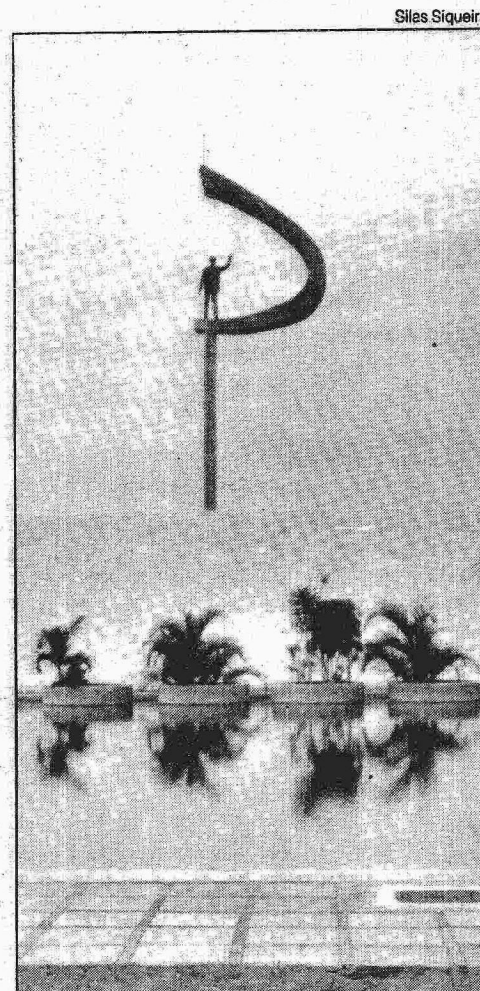
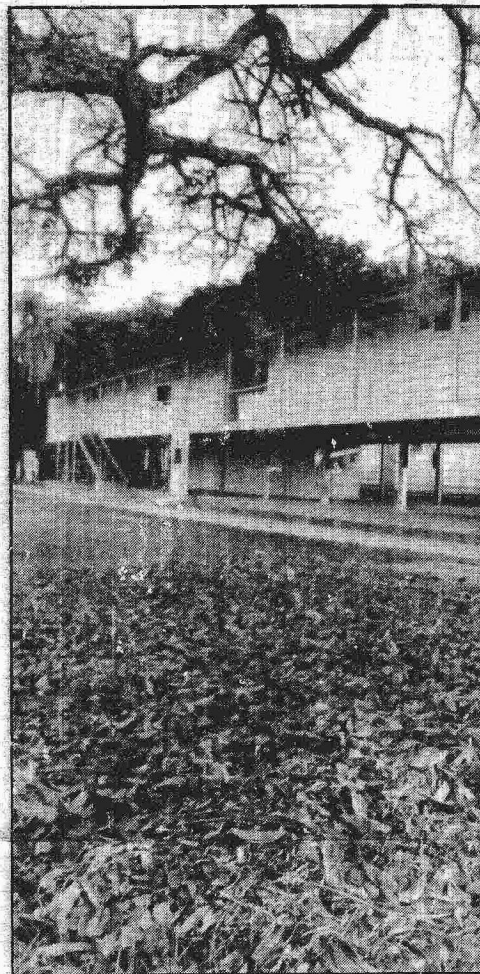
Ao longo do Eixo Rodoviário, nas Asas Sul e Norte, estendem-se os blocos residenciais, agrupados em superquadras, estas independentes quanto ao comércio e serviço de educação e recreação.

Oscar Niemeyer ficou com a tarefa de projetar os principais edifícios da nova Capital, como o Congresso, Palácio do Planalto, Alvorada, Supremo e os ministérios.

Seis meses após o início da construção da nova capital, em 20 de julho de 1957, residiam no Plano Piloto e nos núcleos satélites de Planaltina e Brazlândia 12.700 pessoas. O censo de 1960 consignou para o Distrito Federal 141.742 habitantes. O censo escolar de 1964 registrou o total de 268.315 habitantes, dos quais 89.231 moravam no Plano Piloto.

Já no censo de 1970, o Distrito Federal acusava uma população de 546.015 habitantes, com cerca de 96% vivendo dos perímetros urbanos. O Plano Piloto e os núcleos adjacentes do Guará e Bandeirantes tinham, respectivamente, 236.477, 24.392 e 11.133 pessoas. Taguatinga, principal centro comercial e industrial do Distrito Federal, contava 106.320 moradores. Ou seja: em dez anos a população do Distrito Federal pulou de 141.742 para 546.015 habitantes.

Hoje, 30 anos após a inauguração, Brasília conta com uma população estimada em 1 milhão 567 mil e 709 habitantes.



Dois monumentos que marcaram a história

Distanciados não só pelo espaço físico, mas principalmente pela arquitetura, o Catetinho e o Memorial JK mantêm, entretanto, laços bem estreitos. Se o Catetinho serviu para abrigar provisoriamente o presidente Juscelino Kubitschek em seus primeiros dias de Brasília, o Memorial JK é o repouso eterno do mais audacioso governante brasileiro. Além disso, ambos também possuem a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer.

Construído em madeira, o Catetinho deu início à história de Brasília e ao processo de ocupação do solo no Distrito Federal, sendo edificado por iniciativa de amigos do presidente, na primeira fazenda desapropriada para a construção da nova capital — a Fazenda Gama. Dez dias foi o tempo necessário para que as paredes do Catetinho fossem levantadas e a construção simples pudesse servir de residência oficial do presidente, até que o Palácio da Alvorada fosse concluído.

A escolha do local não foi por acaso. Além de agradar ao presidente Juscelino, que ficou encantado com os "olhos d'água" do local, a área era providencial, devido à proximidade de um aeroporto e da casa da fazenda, que poderia servir de residência aos engenheiros. "Sempre que vinha aqui, o presidente pegava um copo e ia tomar água nas nascentes. Aquele era o lugar que ele mais gostava", contou o pioneiro Luciano Pereira, que desde a inauguração do Catetinho, em outubro de 56, está na residência.

Luciano Pereira — o Candango 001, como se intitula — inicialmente foi o responsável pelo aeroporto e atualmente serve como "guia turístico" do Catetinho, fornecendo aos visitantes todas as informações sobre o local e contando histórias da época de JK. Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a casa conserva até hoje móveis e objetos originais, juntamente com objetos pessoais de JK, documentos, registros e lembranças do início de Brasília.

Memorial

Contrastando com a simplicidade do Catetinho, o Memorial JK é uma construção moderna, erguida no Eixo Monumental, no melhor estilo de Oscar Niemeyer e hoje comporta além dos objetos pessoais do presidente, também seus restos mortais. O projeto constitui-se de um pedestal de 28 metros, onde está a estátua de JK, e foi inaugurado em 81.

Na Sala de Metas estão expostos os documentos históricos sobre as realizações de JK, objetos do seu governo e a biblioteca do presidente, com um acervo de mais de três mil volumes. No andar superior fica a câmara mortuária de JK, em um ambiente onde estão medalhas, condecorações e outras relíquias que marcaram a época do Governo Kubitschek. No Memorial, ainda são expostas a roupa usada pelo presidente no dia da sua posse e o carro que ele usava para visitar sua fazenda.

O prédio possui mais um auditório com 310 lugares, para apresentações musicais, teatrais e cinematográficas, bem como para realização de cursos e simpósios. "Além de ser um museu sobre a história da era JK, o Memorial é uma casa de cultura", destacou o diretor administrativo, coronel Affonso Heliodoro, desde 45 trabalhando com JK.

Fartura de água, proximidade de um aeroporto e uma casa influenciaram Juscelino na escolha do local para erguer o Catetinho

O Memorial JK abriga os restos do ex-presidente, documentos sobre a construção de Brasília e objetos de seu governo

Projeto urbanístico revolucionaria cidade

É com o projeto do urbanista Lúcio Costa, denominado "Brasília Revisitada" que o GDF pretende reduzir o déficit habitacional da capital da República, hoje estimado em 150 mil unidades. Isso sem descaracterizar a cidade, tombada como patrimônio cultural da humanidade. Ao ser convidado há quatro anos atrás pelo então governador José Aparecido para conceber um projeto de ampliação de moradias, Lúcio Costa definiu que esta expansão não deveria descaracterizar o plano original de Brasília.

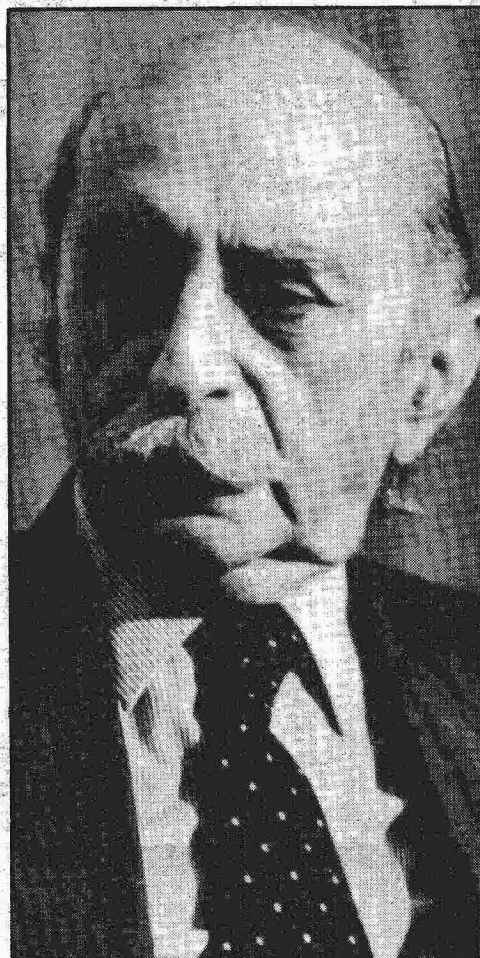
O resultado deste trabalho foi a definição de áreas residenciais próximas ao Plano Piloto, sendo duas novas asas (Lagos Norte e Sul), dois bairros (Sudoestes e Noroeste) e a implantação de quadras coletivas em frente ao ParkShopping. Havia, ainda, previsão para quadras na Vila Planalto, mas foi retirada do projeto a pedido do próprio Lúcio Costa, já que a Vila fora tombada pelo Patrimônio Histórico e com isso ela corria o risco de ser descaracterizada. O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) acatou a decisão do urbanista e em 1987 aprovou apenas a cinco ocupações que no futuro deverão abrigar aproximadamente 1 milhão de moradias.

O projeto Lúcio Costa, na avaliação da secretária de Desenvolvimento Urbano, Evelise Longhi, é "única alternativa capaz de conter o crescimento acelerado de Brasília". O cronograma do GDF para a ocupação de novas áreas habitacionais não prevê aceleração, mesmo sabendo que a crise de moradia se amplia com a chegada diária de migrantes. Paralelamente à política de ocupação do solo, o GDF começou, recentemente, um trabalho de conscientização junto aos migrantes. Para tanto construiu o Centro de Apoio Social (CAS) onde os migrantes dispõem de toda assistência até retornarem ao local de origem.

Com isso o Governo do Distrito Federal espera frear um pouco o crescimento da população de Brasília através da migração. Portanto, a política de ocupação lenta das novas áreas não deverá refletir na crise já existente. A ocupação se fará conforme as necessidades do mercado imobiliário. A iniciativa privada, de acordo com dados do Governo, será responsável pela construção de pelo menos 150 mil habitações, número do déficit de moradias. A falta de moradia, esclarece, Evelise, não é um problema exclusivo de Brasília. A situação é a mesma no resto do País.

Guará

O trabalho de Lúcio Costa para ampliação das áreas habitacionais de Brasília não contemplou apenas locais onde comprar imóveis é um sonho inatingível para os que ganham pouco. Ele concebeu, no Guará, um conjunto que leva o seu nome. São as chamadas quadras econômicas, onde se situam blocos com apartamentos pequenos, próprios para família pequena e de baixa renda.



Setor Sudoeste, a expansão planejada

Dentro da filosofia de atender socialmente a comunidade no que diz respeito aos espaços de construção da cidade e paralelamente gerenciar toda a ocupação da terra no Distrito Federal, a Terracap vibra agora com nova proposta: o Setor Sudoeste.

O projeto Brasília Revisitada, do urbanista Lúcio Costa, deu origem ao Setor Sudoeste e a uma oportunidade para que a Terracap pudesse interferir na especulação imobiliária, duramente criticada na Capital da República.

Sentindo o sabor da vitória, o presidente da empresa, Humberto Ludovico, lembra o início deste ano, quando o Governo começou uma massificação de ofertas de terrenos em todos os níveis e por essa razão já conta com resultados positivos a curto prazo. Ele diz que, apesar de a Terracap ter subsidiado os terrenos no Setor Sudoeste em 40 por cento e mesmo assim os imóveis construídos no local estarem sendo comercializados a preços altos, "a tendência é de que esses números sofram um decréscimo na proporção em que houver uma assimilação do mercado".

Crescimento

O Setor Sudoeste, no plano de ocupação territorial de Brasília, é uma prova de que o crescimento da capital planejada continua ordenado, com a preocupação de não reduzir o setor imobiliário às Asas Sul e Norte apenas.

Mas novos espaços para habitação não finalizam o projeto da Terracap com o Setor Sudoeste. Levantamentos realizados recentemente pelas empresas construtoras que estão investindo no local apontam bons resultados em vendas de imóveis no novo bairro. Das 265 projeções previstas, 138 já foram comercializadas. Na contabilidade da Terracap, a venda de todas as projeções significa uma volu-



mosa arrecadação para o Governo do Distrito Federal, a partir do cálculo real de que, com as 138 comercializações, o GDF já conta com Cr\$ 4,1 bilhões.

Conforme estudos da Terracap, toda a arrecadação ao Governo do Distrito Federal com as vendas dos lotes no Setor Sudoeste, deverá ser revertida em obras sociais, a fim de minimizar a crise de habitação de Brasília.

Depois de totalmente concluído, o Setor Sudoeste poderá abrigar até 50 mil pessoas, em um total de 199 blocos residenciais e comerciais que têm espaço delimitado no bairro.



Lúcio Costa concebeu o projeto "Brasília Revisitada", que vai permitir o crescimento da cidade de forma equilibrada

Setor Sudoeste abre um novo caminho para o crescimento ordenado da cidade e aumenta o mercado para as empresas da construção